

FACULDADE UNINA
CURSO DE PEDAGOGIA

RICHARD MULLER

**PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: LIMITES E
POSSIBILIDADES**

CURITIBA

2022

RICHARD MULLER

**PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: LIMITES E
POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Pedagogia da Faculdade UNINA

Orientadora: Prof.^a Dra. Yara R. de la
Iglesia

CURITIBA

2022

FACULDADE UNINA

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 12/07/2022, reuniu-se a banca para a defesa do trabalho de conclusão de curso de Pedagogia, do acadêmico: Richard Muller intitulada: **PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: LIMITES E POSSIBILIDADES**. A banca examinadora, sob a presidência da Prof.^a Dra. Yara Rodrigues de la Iglesia, foi constituída pelos (as) professores (as) Dr. Marcus Quintanilha da Silva; Esp. Materson Christofer Martins. Após exposição oral, a candidata foi arguida pelos componentes que analisaram o trabalho e decidiram pela sua **APROVAÇÃO** com a nota **100**. Para constar foi lavrada a presente Ata que depois de lida e aprovada vai assinada pelo presidente da banca, membros da banca e o/a acadêmico/a.

Observações: _____

Prof.^a Dra. Yara R. de la Iglesia

Prof. Dr. Marcus Quintanilha da Silva

Prof. Esp. Materson Christofer Martins

Richard Muller

Curitiba 12 de julho de 2022.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me inspira na escolha dos melhores caminhos para minha edificação e para um convívio respeitoso e possível com o outro, na certeza de que toda caminhada traz aprendizado e evolução.

Manifesto meu respeito e admiração especial à Prof.^a Dra. Yara, minha orientadora neste trabalho, que com todo o profissionalismo auxiliou-me na busca das melhores fontes de pesquisa e de referenciais consistentes para um trabalho com melhor conteúdo. Agradeço também à Professora Yara, especialmente neste momento pela paciência e compreensão em relação às minhas dificuldades em realizar este trabalho.

Agradeço aos meus pais por serem a minha inspiração e meu exemplo de respeito, trabalho, humildade e verdade.

Agradeço aos meus filhos por serem a força motriz para uma busca aos estudos mesmo após muitos anos longe da escola, pois os filhos nos dão a energia e a inspiração para a continuidade da caminhada.

Agradeço principalmente a minha amada esposa, a incentivadora e a principal alavanca, sem a qual eu não teria nem força, nem ânimo para seguir em frente.

Agradeço à Faculdade Unina por meio da coordenadora Leandra, dos professores, dos colaboradores, equipe técnica e administrativa, que nos propiciaram aprendizagens acadêmicas e humanas.

Agradeço também a toda a equipe de profissionais com os quais convivi no curto período de aulas presenciais.

Agradeço a todos e todas que estiveram envolvidos de forma direta ou indireta nesse processo de formação ao curso de Licenciatura em Pedagogia que me propiciou novas experiências e visões sobre a educação no Brasil, principalmente no âmbito público onde há tantos direitos ainda a serem efetivados na prática, para a garantia do direito à educação para todos e todas.

RESUMO

A atuação de professores homens em creches e pré-escolas é um tema de pesquisa que tem ganhado notoriedade no campo educacional. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar a participação dos homens na função de docente na educação infantil e a construção conceitual acerca da especificidade das funções da educação da pequena infância. Esta é uma pesquisa qualitativa realizada por meio de uma revisão crítica da literatura. Foram utilizados autores que são referência nos temas estudados, tais como: Guacira Lopes Louro (2006), Jane Soares de Almeida (1998), Maria Amélia de Almeida Teles (2018), Vital Didonet (2001) Moysés Kuhlmann Jr (2000), bem como o Dossiê: Professores Homens na educação Infantil: dilemas, tensões disputas e confluências. Por meio da pesquisa se constatou que a naturalização de algumas práticas no dia a dia com as crianças pequenas, em muitos casos, reafirma a relação mulher, professora e mãe como algo determinado, pautado numa visão biológica e social. Nesse sentido, a inexpressiva participação dos homens na função de docente na educação infantil está atrelada a uma cultura do machismo. Diante do exposto, faz-se urgente uma concepção mais alargada do papel de homens e mulheres no cuidado e educação de meninas e meninos pequenos, assim como um trabalho de desconstrução de diferenciações de gênero, bem como das profissões aliadas ao sexo biológico.

Palavras-chave: Educação Infantil. Gênero. Professores homens.

ABSTRACT

The role of male teachers in daycare centers and preschools is a research topic that has gained notoriety in the educational field. Therefore, this paper aims to analyze the participation of men in the teaching role in early childhood education and the conceptual construction about the specificity of the functions of early childhood education. This is qualitative research carried out through a critical review of the literature. We used authors who are references in the themes studied, such as: Guacira Lopes Louro (2006), Jane Soares de Almeida (1998), Maria Amélia de Almeida Teles (2018), Vital Didonet (2001) Moysés Kuhlmann Jr (2000), as well as the Dossier: Men Teachers in Early Childhood Education: dilemmas, tensions disputes and confluences. Through the research it was found that the naturalization of some practices in the day to day with young children, in many cases, reaffirms the woman, teacher and mother relationship as something determined, based on a biological and social vision. In this sense, the inexpressive participation of men in the teaching role in early childhood education is linked to a culture of machismo. In view of the above, it is urgent to have a broader conception of the role of men and women in the care and education of girls and young boys, as well as a work to deconstruct gender differentiations, and professions allied to biological sex.

Keywords: Early Childhood Education. Gender. Male teachers.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OCDE	Organização para a Cooperação e desenvolvimento Econômico
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
UE	União Europeia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PROFISSÃO FEMININA?	10
1.1 ORIGEM DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	10
1.2 CONCEITO DE GÊNERO: MAGISTÉRIO COMO UM TRABALHO FEMININO .	14
2. OS DILEMAS E AS TENSÕES DA PRESENÇA DE PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	18
2.1 ANÁLISE DA PUBLICAÇÃO INTERNACIONAL	18
2.2 ANÁLISE DE ARTIGOS NACIONAIS	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	28

INTRODUÇÃO

Historicamente, a educação infantil vem se constituindo como um espaço de atuação profissional predominantemente feminino. De acordo com o último Censo Escolar (INEP, 2020), existem aproximadamente 593 mil docentes atuando na educação infantil brasileira e, desse universo, somente 3,6% são homens. A baixa presença de profissionais do sexo masculino que atuam no segmento da creche e pré-escola, pôde ser observado pelo pesquisador durante o estágio obrigatório na educação infantil, bem como a desconfiança que gerava sua presença.

Diante do exposto, entendemos que a preocupação em compreender as bases que constituem esta profissão, sua identidade e gênero, alia-se às preocupações com as origens históricas desta docência e deve ser preocupação central no curso de pedagogia. Diante desse contexto, a presente pesquisa parte da seguinte questão-problema: quais os motivos que levam os homens a não ingressarem na educação infantil? Visto que historicamente a educação e cuidados com os bebês e as crianças pequenas foram tarefas delegadas às mulheres, propomos como pergunta auxiliar: o cuidar é uma especificidade tipicamente feminina?

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a participação dos homens na função de docente na educação infantil e a própria construção conceitual acerca da especificidade das funções da educação da pequena infância. Como objetivos específicos, propomos o seguinte percurso: a) descrever o percurso histórico da educação infantil no Brasil; b) conceituar o termo gênero destacando o caráter cultural das diferenças existentes entre homens e mulheres; c) analisar 04 artigos selecionados a partir do ‘Dossiê: Professores Homens na educação infantil: dilemas, tensões disputas e confluências, da revista Zero-a-Seis¹, destacando a importância do tema na literatura nacional e internacional.

Em relação a metodologia, adotamos a concepção de uma pesquisa qualitativa, ou seja, “os pesquisadores qualitativos ressaltam a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação” (DENZIN, LINCOLN, 2006, p. 23).

¹Revista Eletrônica editada pelo Núcleo de Estudos e pesquisas da Educação na Pequena Infância Centro de Ciência da Educação – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, caracterizando-se como uma revisão crítica da literatura, sendo que, o levantamento bibliográfico ocorreu da seguinte forma: em primeiro lugar, foi acessado o site dos periódicos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mais especificamente, o volume. 22, número 42 de 2020: “*Dossiê: Professores Homens na EI: dilemas, tensões disputas e confluências*”, foram selecionados 04 artigos que analisam, as questões de gênero da educação Infantil. Quanto aos critérios de seleção, foram selecionados dois artigos nacionais e dois internacionais de maneira aleatória, do dossiê, que é composto por 17 artigos. A escolha pela revista se deu pela relevância de suas pesquisas na educação da pequena infância.

Também foram utilizados autores que são referência nos temas estudados; para discutirmos gênero e a história da educação infantil brasileira, utilizamos Guacira Lopes Louro (1996), Jane Soares de Almeida (1998), Maria Amélia de Almeida Teles (2018). Para discutir a educação infantil utilizamos autores que são referência nesse campo, tais como: Vital Didonet (2001) e Moysés Kuhlmann Jr (2000).

Este trabalho se divide em dois capítulos: o primeiro se intitula - “*Docência na educação infantil: uma profissão feminina?*”, nesse primeiro capítulo, apresentamos o percurso histórico da educação infantil no Brasil, posteriormente introduzimos o conceito de gênero, destacando a feminilização da profissão docente na educação infantil.

No segundo capítulo – “*Os dilemas e as tensões da presença de professores homens na educação infantil*”, apresentamos quatro artigos, que discutem as questões de gênero da educação Infantil.

Por fim, as “*Considerações Finais*” em que apresentamos algumas conclusões que entendemos ser provisórias, pois, entendemos que existe a necessidade de ampliar os estudos.

1. DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PROFISSÃO FEMININA?

Neste primeiro capítulo refletiremos sobre o percurso histórico da educação infantil no Brasil. Durante décadas diferentes arranjos surgiram na tentativa de atender às crianças das classes menos favorecidas, dentro de uma perspectiva assistencialista, até chegarmos ao que temos hoje. Na sequência, discutiremos a feminilização da profissão docente na educação infantil e como esta instituição educativa passou de ser um espaço de guarda, para constituir-se como direito da criança pequena, após a Constituição Federal de 1988.

1.1 ORIGEM DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Para elucidar a origem da docência na educação infantil como constituição feminina é fundamental refletirmos sobre a origem desse segmento no Brasil. Como sugere a grande historiadora e escritora Mary del Priore (2010, p. 10), “olhar para trás nos ajudará a iluminar os caminhos que agora percorremos, entendendo melhor o porquê de certas escolhas feitas por nossa sociedade”. Nesse sentido, para Didonet (2001, p.1) “falar de creche ou da educação infantil é muito mais do que tratar de uma Instituição, de suas qualidades e defeitos, da sua necessidade social ou da sua importância educacional. É falar da criança”. A partir do exposto, entendemos que a história da educação infantil está intrinsecamente ligada a história e a compressão que temos da criança e infância e do papel da mulher na nossa sociedade.

Não pretendemos fazer um recorrido histórico exaustivo, mas é importante destacar que os primeiros professores em nosso território foram os jesuítas e, com a sua chegada (1549-1760), se iniciaram as primeiras tentativas de “educar” as crianças indígenas, por meio de uma “pedagogia” europeia. Ao educar as crianças indígenas tinham a intenção de catequizá-las, inculcando-lhes os costumes cristãos. De acordo com o pedagogo e historiador Moisés Kuhlmann Jr. (2000, p. 2-3), “somos um povo formado do desterro, em uma história de colonizações, aculturações, conflitos, genocídios e exploração” (KUHLMANN, 2000, p. 2).

Dentro dessa lógica, os jesuítas utilizavam as crianças como uma estratégia de colonização que visava torná-las obedientes e, dessa forma, influenciar a conversão dos seus pais para que se adequassem mais facilmente à nova ordem social

implantada. O papel dos jesuítas era de salvar as almas e civilizar os indígenas, a fim de tirar-lhes da condição de “bárbaros”.

Isso fica evidente nas palavras de Priore (2010), quando afirma que a educação e a medicina vão “burilando” as crianças do Brasil colonial. “Mais do que lutar pela sua sobrevivência, tarefa que educadores e médicos compartilhavam com os pais, procurava-se adestrar a criança, preparando-a para assumir responsabilidades” (PRIORE, 2010, p.150). As responsabilidades assumidas pelas crianças na sociedade dependiam do lugar que elas ocupavam no contexto social.

A educação das crianças no Brasil colonial, entre os séculos XVI e XVIII, foi sendo alterada pelas relações estabelecidas entre adultos e crianças; com a percepção da criança como algo diferente do adulto, vimos surgir uma preocupação educativa que se traduzia em sensíveis cuidados de ordem psicológica e pedagógica.

Mesmo com forte presença dos jesuítas na educação do Brasil, também surgiram outros mecanismos vinculados a instituições que estiveram presentes na educação, dentre estes, destacam-se a entrada de outras ordens religiosas. As instituições religiosas posteriormente recolheram mulheres pobres, assim como crianças enjeitadas, tem-se como exemplo a Casa da Misericórdia, destinada inicialmente ao acolhimento de órfãos pobres e os expostos (VEIGA, 2007a).

No Brasil, em meados do século XIX, foi criada a fundação Romão Duarte Mello Mattos, a roda dos expostos ou roda dos excluídos, uma instituição de longa duração no atendimento à infância criada muito antes das creches. O nome se devia a um aparato localizado nas casas de misericórdia onde eram colocados, pelas mães ou por qualquer pessoa da família, os bebês abandonados.

Ao girar a roda puxava uma corda que indicava que um bebê acabava de ser abandonado e a pessoa retirava-se do local sem ser identificada. A roda de expostos foi, por mais de um século, a única instituição de assistência à criança abandonada no Brasil. Somente no século XX o Brasil extinguiu-a, sendo o último país a acabar com o sistema da roda dos enjeitados.

É importante fazer uma crítica às ações deste movimento que, embora tenha sido importante no período trazendo propostas inovadoras:

criou o estigma e a discriminação das populações pobres, atribuindo os problemas advindos das condições de pobreza aos próprios indivíduos. A população pobre estava sujeita às piores condições de vida em um sistema econômico que saía da escravidão e começava um incipiente período republicano no qual as relações de trabalho mudaram este contexto, o

processo educativo e civilizador das crianças em finais do século XVIII e ao longo do século XIX torna-se uma preocupação social (AZEVEDO; SARAT, 2015, p.7).

É interessante ressaltar que essa prática, considerada extinta, foi recentemente reativada nada menos que em países europeus, atualmente a roda dos expostos já é permitida na Bélgica, Áustria, Eslováquia, Suíça, Itália, África do Sul, Japão ou Hungria, também existem berços na Índia ou cabines em Roma².

Não cabe aqui analisar com profundidade o ressurgir de uma prática considerada extinta. Voltemos para a origem das instituições de educação infantil. Por volta do século XVIII se fortaleceu o discurso sobre a educabilidade da infância, como um momento da vida que deveria ser protegido, permitindo um aumento de investimentos na escolarização da criança e na democratização do acesso à escola ao longo do século XIX (AZEVEDO; SARAT, 2015).

É necessário evocar as grandes transformações que ocorreram no processo de industrialização. Com a Revolução Industrial, no século XVIII, na Europa, a mão-de-obra feminina passou a compor o quadro das indústrias têxteis, juntamente com os homens e as crianças, gerando modificações na estrutura familiar tradicional em relação ao cuidado dos filhos pequenos. Neste contexto a creche solidificou-se como instituição de cuidados para crianças fora da família, de caráter assistencial, de “guarda”, uma vez que os pais não tinham com quem deixar seus filhos pequenos, que, sozinhos em casa, ficavam sujeitos a acidentes, desnutrição e mortalidade despertando sentimentos de piedade e solidariedade de segmentos religiosos, empresariais e de educadores. (DIDONET, 2001, p12).

Segundo Didonet (2001, p.12), no Brasil “a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, determinou que as empresas com mais de 30 mulheres trabalhadoras deviam ter um lugar para a guarda das crianças no período da amamentação.

A constituição da percepção da infância escolarizada no Brasil, ou o processo de educação das crianças brasileiras aconteceu em meio a mudanças nos processos sociais de constituição do Estado, transformações

^{2 2} Parece que a Roda dos Expostos não é algo do passado, a data da reportagem é 23 de setembro de 2020. Corvia, uma ONG belga, acaba de receber autorização para instalar a primeira “roda de entrega” para deixar recém-nascidos anonimamente em Bruxelas. Fonte: <https://www.revistacircuito.com/bruxelas-autoriza-a-primeira-roda-para-entrega-de-bebes-rejeitados/>. Acesso: 22 jun. 2022. Segundo o site da ONG, a mãe – supondo que seja ela quem deixará o bebê – precisará apenas empurrar a porta verde. Depois de aberto, ela encontrará um berço aquecido para deixá-lo.

do sistema produtivo, constituição de novos arranjos familiares, reorganização social que o país esteve imerso em finais do século XIX e início do século XX. Portanto, não foi de forma linear, sem tensões, ou conflitos entre grupos que formavam a sociedade do período (AZEVEDO; SARAT, 2015, p.7).

As Creches segundo Vieira (1988), eram consideradas “um mal necessário”, por serem uma alternativa higiênica para as mães não precisarem deixar seus filhos com as criadeiras enquanto trabalhavam. O atendimento ofertado pela creche limitava-se em alimentar, cuidar da higiene e da segurança física, sem a preocupação com outros aspectos como o desenvolvimento infantil, a afetividade ou uma educação integral. Também havia os "jardim-de-infância", para atendimento das camadas mais abastadas economicamente, neste caso com objetivo educativo.

O modelo do "jardim-de-infância" era para atender crianças privilegiadas e os "asilos" ou "creches" para as crianças pobres. Estas formas serão disseminadas ao longo do século XIX e encontrarão, posteriormente, melhores condições no processo de ensino elementar no Brasil. Importante destacar que tais instituições caracterizam-se por uma perspectiva de educação emancipadora ou submissa a depender do grupo a que ela será destinada socialmente (KUHLMANN Jr, 2007)

Conforme Rosemberg (1984, p.76) nos anos 80 os movimentos sociais e feministas foram imprescindíveis na luta e na conquista de novas Creches. O Brasil começa a pensar em uma política para a educação das crianças que se inicia com o Movimento de Luta por Creches, criado em 1979, que não só reivindica a creche, mas também a qualidade do serviço.

Inicialmente os contextos de educação das crianças não tinham como foco a educação e, no seu percurso histórico, vários aspectos influenciaram a fim de que sua finalidade inicial se constituísse como um espaço de desenvolvimento integral para as os bebês e as crianças. As lutas sociais, principalmente das mulheres, foram determinantes para se conquistar a educação infantil como um espaço de desenvolvimento integral das crianças.

Foi a partir do reconhecimento pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) que as crianças de zero a seis anos passaram a ter o direito à educação em creches e pré-escolas na educação infantil. Em seguida esse direito foi reafirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990^a) e, posteriormente, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN (BRASIL, 1996) que definiu que a educação

das crianças entre zero e cinco anos denominava-se educação infantil e compreendia a creche (zero a três anos) e a pré-escola (quatro a seis anos). Essa faixa etária de abrangência da educação infantil foi modificada pela Lei Federal n. 11.274 (BRASIL, 2006a) que determinou o início do ensino fundamental aos seis anos, definindo então que a educação infantil abrange as crianças entre zero e cinco anos completos.

Define-se pela primeira vez na história do Brasil a educação infantil como sendo uma instituição de caráter educacional, afirmando legalmente que, perante a lei, todas as crianças, independentemente de sua condição social têm direito a creches e pré-escolas sem diferenciação, de raça, de classe social, de gênero, de etnia, entre outros.

O próximo subponto tem como foco problematizar a questão de gênero relacionando-o a função docente na educação infantil.

1.2 CONCEITO DE GÊNERO: MAGISTÉRIO COMO UM TRABALHO FEMININO

De acordo com a professora e pesquisadora Guacira Lopes Louro (1996), o conceito de gênero sofre transformações a partir do momento em que a História, a Sociologia e a Literatura entram no debate, suscitando discussões teóricas sobre o tema, e, também, dando visibilidade ao sujeito feminino.

O conceito de gênero veio contrapor-se ao conceito de sexo. Se este último se refere às diferenças biológicas entre homem e mulher, o primeiro diz respeito à construção social e histórica do ser masculino e do ser feminino, ou seja, às características e atitudes atribuídas a cada um deles em cada sociedade. O que quer dizer que agir e sentir-se como homem e como mulher depende de cada contexto sociocultural (LOURO; 1996, p. 76).

Louro (1996, p.44) reconhece o imprevisto, a mudança no caráter, no estado ou na aparência de uma pessoa como marcas que se intensificaram no período de 1960 até o nosso tempo nos grupos que se reconheceram ignorados e passaram a se organizar coletivamente em identidades culturais de gênero e de raça, de sexualidade e de etnia. Os movimentos sociais dos anos 60 trouxeram à tona as discussões sobre diferenças de sexo e gênero, expressadas em currículos norteados por ações padronizadas:

[...] haveria apenas um modelo adequado, legítimo, normal de masculinidade e de feminilidade e uma única forma sadia e normal de sexualidade, e heterossexualidade; afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se excêntrico (LOURO; 1996, p. 45-46).

Segundo Louro (1996, p.45-46), mesmo admitindo-se haver várias formas de viver o gênero e a sexualidade “a escola tem por obrigação guiar-se por um padrão, sendo a posição central considerada não problemática e os demais sujeitos estariam subordinados a ela. Qualquer situação fora disso é desvio, fora de centro, excêntrico”.

Ainda de acordo com a autora,

a lógica do centro está vinculada à identidade masculina, branca, heterossexual, supostamente sólida, permanente; uma referência saudável com noção de universalidade, unidade e estabilidade. Já o excêntrico (margens) estaria vinculado às marcas da diversidade, da particularidade, da instabilidade, conceito vinculado às mulheres, aos negros, aos sujeitos homossexuais e bissexuais.

A autora polemiza a inércia do passado e propõe que educadoras e educadores tomem posse das mudanças que embora afrontam currículos e práticas pedagógicas promovem reflexões sobre ‘tolerância’ e ‘aceitação da diferença” em relação às identidades culturais distintas do modelo tradicional de construção de currículos. O papel do homem branco ocidental, de classe média e heterossexual, naturalizado como normal, passa a ser questionado e contestado em relação à cultura, à ciência, à arte, à ética, à estética, à educação, que vinculado a uma identidade própria, usufruem de privilégios ao longo do tempo.

Corroborando com a reflexão acima, o pensamento de Didonet (2001, p.11) “[...] uma instituição educacional para crianças pequenas tem, antes de tudo, a missão de acolher, de ser o lugar do encontro e de estar aberta para o novo, o original, o criativo”. Louro (1996), propõe uma reflexão em relação aos discursos de ‘aceitação’ das diferenças, questionando como se produzem essas diferenças, como são construídas; a fim de que as diversas identidades culturais em sala de aula sejam compreendidas na sua transitoriedade e complexidade e possibilitem a educadoras e educadores reconhecer o caráter igualmente inventivo produzido historicamente de suas próprias ‘figuras’.

Batista (2018, p.95-111) ao investigar as origens da docência na educação infantil e seu percurso histórico, analisou o conceito e as especificidades das funções dos educadores da pequena infância. Ampliou o foco para a profissionalização da docência como segmento profissional em processo de construção e considerou a discussão da categoria de gênero decisiva para uma perspectiva emancipadora dos profissionais da educação da pequena infância, contra os argumentos biológicos e

culturais de desigualdades, que têm o masculino como referencial e tem gerado uma condição de subalternidade de gênero.

Conforme De Almeida (1998) a predeterminação do que seria uma “conduta própria” para homens e para mulheres, considerando apenas diferenças anatômicas e fisiológicas, delimita o campo de atuação profissional para homens e mulheres:

O processo de imputar para homens e mulheres determinismos sexuais biologicamente herdados implica a existência de uma ditadura de gênero para os dois sexos que, infalivelmente, leva à hierarquia do masculino sobre o feminino, numa escala axiológica na qual as fêmeas sempre saem perdendo, dado que as atividades masculinas sempre foram consideradas de primeira ordem e as femininas, de segundo escalão. Essa dupla (des)valorização conduz a diferentes implicações no mundo do trabalho, no espaço público, nas esferas do privado e nas instâncias do poder. (DE ALMEIDA; 1998, p.44)

Conforme Almeida (1998, p.44), esses “determinismos sexuais biologicamente herdados resultam numa hierarquização do masculino sobre o feminino”, na qual, prossegue a autora “o feminino sempre fica em desvantagem uma vez que as funções masculinas sempre foram mais valorizadas em relação às funções femininas” (ALMEIDA, 1998, p.44).

Uma vez que a educação infantil é um instrumento emancipador das relações sociais desde a pequena infância, o(a) professor(a) da educação infantil, enquanto profissional adulto com intencionalidade educativa, precisa estar preparado para atuar em todas as etapas, inclusive na creche, nas questões de gênero.

Neste sentido, Teles et al (2018) consideram que:

O contexto educativo da Universidade se configura como um espaço fundamental para promover uma cultura da diversidade de gênero voltada à crítica das formas sistemáticas de relações de poder desiguais entre os sexos, da eliminação das formas de discriminação e crítica aos modelos culturais da nossa sociedade (TELES; SANTIAGO; FARIA, 2018, p.10)

Assim, no pensamento de Teles et al (2018, p.10): o espaço de formação docente pode contribuir na construção de “uma consciência histórica e política das desigualdades sociais de gênero desde a pequena infância.” A neutralidade na formação docente pode cooperar com a dessegregação da hierarquização de gêneros geradora de discriminação entre os sexos masculino e feminino em nossa sociedade.

No próximo capítulo discutiremos quatro artigos selecionados a partir do *‘Dossiê: Professores Homens na educação infantil: dilemas, tensões disputas e*

confluências, da revista Zero-a-Seis', destacando a relevância do tema na literatura nacional e internacional.

2. OS DILEMAS E AS TENSÕES DA PRESENÇA DE PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Neste segundo capítulo faremos uma análise de dois artigos internacionais e de dois nacionais que fazem parte do dossiê "Professores Homens na EI: dilemas, tensões, disputas e confluências". Os artigos abordam docência, masculinidades, educação e cuidados de crianças pequenas no momento que o Brasil enfrenta a pandemia de Covid-19 e a intolerância à diversidade.

Os artigos analisados fazem referência a questões envolvendo os professores homens na docência da educação infantil, nos quais encontram-se percepções de professoras, de familiares e da própria comunidade escolar sobre a presença e atuação desses profissionais na educação infantil. O capítulo objetiva evidenciar os diferentes posicionamentos sobre o ingresso e a permanência de homens na docência de crianças pequenas.

2.1 ANÁLISE DA PUBLICAÇÃO INTERNACIONAL

O primeiro artigo internacional é de autoria de Joaquim Ramos García, Maria de Fátima Cardoso Gomes e Alexander Ruiz Silva, o artigo se intitula: "*Professores homens na educação inicial: um estudo de caso em uma instituição de educação infantil Colombiana*". Conforme os autores, a pesquisa procurou analisar os limites e possibilidades de atuação de homens na docência com crianças pequenas em instituições de educação infantil Colombiana. Mais, especificamente, o trabalho de investigação "buscou compreender as representações de masculinidade e feminilidade que emergem da percepção de homens e mulheres sobre a docência masculina nessa etapa educacional" (RAMOS et al, 2020, p, 382).

A metodologia utilizada foi a entrevista com quatro docentes (dois professores e duas professoras). Utilizando-se de entrevistas, os autores objetivavam compreender como os professores homens que atuam com crianças pequenas percebem, à luz das teorias de gênero, a própria presença nesse contexto. Mas, para ampliar esse olhar, também entrevistaram as professoras mulheres, para entender como elas percebem o trabalho realizado pelos homens que com elas compartilham os cuidados e educação dos bebês e das crianças pequenas.

De acordo com os(as) pesquisadores(as) “as falas dos sujeitos da pesquisa denotam, inicialmente, que por parte da comunidade escolar colombiana, inexistem restrições em relação à presença de homens na docência das crianças” (RAMOS et al, 2020, p. 391). Os (As) pesquisadores(as) percebem que no plano discursivo, se tem uma aprovação desses profissionais atuarem com crianças pequenas, entretanto, nas análises realizadas, ao contrário do que se apontava, existiam algumas ressalvas, seja em relação à prática pedagógica, “seja em relação a forma de agir com meninas e meninos”, o que gerava “foco de tensionamento, discussão e ambivalência”.

A investigação também trouxe informações em relação aos papéis desenvolvidos nas atividades dos docentes do sexo masculino uma vez que são atribuídos a eles a função de substituto paterno com o mesmo significado dado historicamente às mulheres, associando o cuidar e educar das crianças pequenas às tarefas domésticas e à maternagem, o que contribuiu para a precarização da profissão. Os autores constataram, também, que os próprios trabalhadores e trabalhadoras em educação concordam em encarnar esta figura de pai, recuando em entendimentos importantes relativos à função social de creches e pré-escolas (GARCÍA et al, 2020).

A leitura do artigo aponta que para evolução, presença e permanência de professores do sexo masculino na educação infantil, e para o objetivo de desenvolvimento da criança, é preciso uma compreensão da importância da função tanto de professoras quanto de professores sem distinção de sexo ou gênero.

O segundo artigo internacional é de autoria do pesquisador belga Jan Peeters, intitulado: “*Profissionalidade e gênero: participação dos homens e pequena infância*”. Conforme o autor, a pesquisa procurou demonstrar as tentativas da União Europeia (UE) de inserir a figura masculina nas profissões para a pequena infância, enquanto política de equidade de gênero - tarefa realizada segundo o autor, a partir de análise “das experiências desenvolvidas no Reino Unido, dois serviços integrados da pequena infância, o *Sheffield Children's Centre* (PEETERS, 2020, p. 322 apud MELEADY, BROADHEAD, 2002) e o *Pen Green Family Centre*, que desde 1980 empregam quase tanto homens como mulheres, sendo que os serviços para a pequena infância na UE se diferenciam do contexto brasileiro.

As análises e descrições apresentadas no texto são decorrentes de estudos, políticas e programas e buscam defender a equidade de gêneros nas profissões da pequena infância, definida pelo autor de profissionalidade neutra no plano do gênero.

A metodologia utilizada pelo autor foi uma abordagem da relação entre profissionalidade e gênero no trabalho com a pequena infância a partir de suas experiências no centro de pesquisas na Bélgica, onde atua como diretor do Centro de Inovação da Pequena Infância, ligado à Universidade da Gante. Seus estudos são centrados na relação entre gênero e pequena infância, e profissionalização dos serviços para a pequena infância no âmbito da União Europeia. Ao descrever uma variedade de serviços para a pequena infância, o autor explica que embora cada serviço apresente características próprias, todos surgiram inicialmente numa perspectiva de guarda e, atualmente, assumiram uma perspectiva de acolhimento, cujas estruturas diferem muito do contexto brasileiro.

De acordo com o pesquisador, em relação às profissões da pequena infância nos países europeus, a relação entre “profissionalização das profissões da pequena infância e participação dos homens”, verificou-se uma tendência à profissionalização, sendo que há só um profissional para este modelo de profissionalidade: com nível elevado - graduação ou mestrado. O autor também constatou que “um nível de profissionalidade elevado não conduz necessariamente a um aumento do número desses profissionais masculinos na pequena infância” (PEETER, 2020, p.324).

Na “Nova Zelândia, por exemplo, onde todos os que trabalham com crianças entre 0 e 6 anos deveriam, até 2012, obter um diploma de graduação, os homens representam apenas 1% das equipes.” (FARQUHAR et al., 2006, apud PEETERS, 2020, p.324). Entretanto, na Escócia “o projeto “*Men in Childcare*” (“Homens na Educação Infantil”)” motivou “900 homens a buscarem um tipo de formação (frequentemente pouco qualificada’ (SPENCE, 2007, apud PEETERS, 2020, p.324 e 325).

A leitura do artigo também trouxe a informação que os homens somente são atraídos por funções de acolhimento e educação de crianças pequenas quando as funções não são vinculadas ao gênero, como ao papel de mãe e que a existência de uma profissionalidade neutra do ponto de vista de gênero seria importante para tornar a profissão mais atrativa aos homens. De acordo com o estudo, a União Europeia e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentaram interesse nas questões de gênero por constatarem um envelhecimento

populacional nos países membros e crise no setor de cuidados, sendo que a União Europeia inverteu vários esforços para promover e encorajar um aumento da participação dos homens no acolhimento das crianças pequenas, bem como ofereceu oportunidades iguais para homens e mulheres no mercado de trabalho sendo um exemplo a proposta do tema: "os homens como cuidadores de crianças", que objetivava um envolvimento maior dos homens nas tarefas domésticas e por consequência na educação das crianças pequenas (PETTERS, 2020, p.326).

Profissionais do sexo masculino seriam modelos para os jovens pais e, ao mesmo tempo, os serviços da pequena infância desempenhariam um papel importante no desenvolvimento de uma nova cultura de cuidado das crianças que convida também os homens. Aspectos destacados na pesquisa que poderiam explicar a segregação de gênero nos serviços para a pequena infância, se deve ao fato de as profissões femininas não serem atrativas para os homens, devidos aos menores salários e por serem funções de pouco prestígio. Outro elemento, segundo o autor é o fato de "os homens ativos no acolhimento remunerado são muitas vezes considerados como se não fossem "homens verdadeiros" ou como "homossexuais". O medo de serem acusados de abuso sexual também é um empecilho tanto que "Sarah Farquhar estabelece a ligação entre os escândalos de pedofilia e a ausência de homens nestas profissões" (PEETERS, 2020). Outra razão que explica a segregação em função do gênero é o fato de um setor dominado por mulheres reproduzir a segregação de gênero através da política, da imagem da profissão, das formações e da seleção, bem como no tipo de profissionalidade construída (ROLFE, 2005, apud PEETERS, 2020, p.332).

Os estudos analisados permitiram trazer elementos que façam entender que para atingir uma profissionalidade neutra no plano do gênero são necessárias ações com vistas a uma profissionalidade que não aceite somente a mãe como a identidade de gênero clássica para cuidados de crianças pequenas. Resultados dos estudos e da literatura internacional identificaram condições ideais para o desenvolvimento de uma profissionalidade neutra (PEETERS, 2020, p.333) e dentre elas temos: "a presença de profissionais homens e a participação ativa dos pais nos cuidados de crianças"; "um espírito crítico e da discussão entre profissionais homens e mulheres, e com os pais e as mães." (PEETERS, 2020, p.334). O autor concluiu, a partir de uma reflexão sobre a profissionalidade dos países escandinavos onde há mais profissionais homens atuando na pequena infância, que há uma profissionalidade que

se caracteriza por salários mais elevados e uma abordagem menos centrada nos cuidados.” (PEETERS, 2020 p.334). Também os estudos apontem a necessidade de iniciativas para atrair profissionais homens, “estes profissionais homens qualificados não estão disponíveis no mercado de trabalho” (ROLFE, 2005, apud PEETERS, 2020, p.334). Também é preciso que adolescentes masculinos interessados em trabalhar com a pequena infância tenham contato com profissionais ativos no trabalho a fim de saber mais sobre as perspectivas da função. (ROLFE, 2005; VAN STEENBERGHE; VANRUMST, 2010, apud PEETERS, 2020, p. 334-335). As instituições devem procurar ativamente professores e supervisores homens, sendo também importante que os estudantes homens sejam, de preferência, acompanhados por supervisores de estágio ou orientadores homens.

As estruturas de acolhimento da pequena infância e as escolas devem adaptar a infraestrutura e as condições de trabalho, aos empregados e aos estudantes estagiários homens (sem aventais, trocadores mais altos, banheiros adaptados) (VANDENBROECK; PEETERS, 2008). Também oferecer funções em meio período é um fator motivante para a participação dos homens nas profissões da pequena infância (ROLFE, 2005, PEETERS, 2005). Alguns setores oferecem funções de meio período tornando possível combinar outras funções propiciando emprego em tempo integral.

Embora nas duas publicações analisadas o discurso aponte uma aceitação e a importância desses profissionais homens nesta etapa educativa, a prática observada contraria o discurso, seja pelo estranhamento por parte das professoras em relação a ocupação do homem desse espaço, seja pela diferenciação nas atribuições em função do gênero. Mulheres são direcionadas para funções de cuidado associadas à maternagem e, os homens, para o atendimento de crianças maiores, sempre observados e cercados de desconfiança, inclusive em relação à sua prática pedagógica. Na Colômbia evidenciou-se a exigência de um professor homem que não se afaste do modelo de masculinidade hegemônico heterossexual. Sendo assim, percebeu-se uma preocupação muito grande por parte dos professores entrevistados da Colômbia, atuantes na Educação Infantil, de se manterem seguros na forma como se relacionam com as crianças, a fim de se precaverem da desconfiança parte da comunidade escolar em relação à sua masculinidade.

Também foi observado que as medidas de sucesso para empregar mais homens na pequena infância dependem de iniciativas e campanhas continuadas em

todos os níveis, como ocorreu Comunidade Europeia e constatou-se a importância de formação inicial a partir de uma profissionalidade neutra do ponto de vista do gênero centradas na pequena infância.

O estudo também propõe que sejam ofertados melhores salários e em meio período, com uma abordagem menos centrada nos cuidados que permita colocar as crianças em situações “desafiadoras” e assim, estimule os homens a atuar nesta fase. A presença do educador homem no espaço da Educação Infantil tem a capacidade de influenciar as interações que envolvem a relação do homem com as crianças pequenas desde seus primeiros anos de vida desconstruindo as identidades de gênero clássicas baseadas nas diferenças.

2.2 ANÁLISE DE ARTIGOS NACIONAIS

O primeiro artigo de autoria de Jéssica Daniele Fávaro e Célia Regina Rossi: "*Vai ser um professor? estranhamentos perante a figura do professor do sexo masculino na educação infantil*". O presente estudo buscou analisar, na ótica de três professores do sexo masculino atuantes na educação infantil, as vivências e desafios referentes à profissão por eles escolhidas. Como metodologia, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e uma roda de conversa com três professores do sexo masculino, cujas gravações foram transcritas para a análise de dados.

As autoras, sugerem, a partir da pesquisa realizada, que as diferenciações entre gêneros são construções sociais que agem sobre todos os indivíduos de forma controladora, naturalizando comportamentos socialmente aprendidos e influenciando até mesmo as escolhas profissionais. Estas construções atuam como forma de controle sobre os corpos, associando determinadas características ao sexo biológico, sendo percebidas como inatas. Os padrões desempenhados por homens e mulheres são reproduzidos e mantidos por diversos setores da sociedade, os quais se beneficiam dessa diferenciação e separação entre gêneros (FAVARO; ROSSI, 2020).

Para as autoras, “a presença dos professores do sexo masculino no espaço escolar ainda gera certo, estranhamento, insegurança e medo na comunidade” (FAVARO; ROSSI, 2020, p. 529). No entanto, as autoras sugerem que os professores homens podem atuar na desconfiguração dos padrões de gênero no contexto educativo desconstruindo a diferenciação entre gêneros também em suas práticas, na

tentativa de permitir às crianças vivenciarem múltiplas experiências sem as barreiras da normatização heterossexual, tão presente nas instituições de educação infantil - processo que não ocorre sem tensões e constrangimentos (FAVARO; ROSSI, 2020).

Apesar das dificuldades vivenciadas pelos professores, observou-se que os entrevistados demonstraram estarem realizados em sua profissão sem a intenção de deixá-la. Consideraram que o trabalho com as crianças lhes proporciona alegria e valorização em relação ao realizado ao reconhecerem os benefícios e os avanços que suas atuações propiciaram no desenvolvimento e evolução das crianças, e, que sentem alegria ao serem reconhecidos por antigos alunos(as) tendo a certeza de que influenciaram de alguma maneira a vida daquelas crianças.

O segundo artigo nacional é assinado por Dalila Castelliano de Vasconcelos, Lucivanda Cavalcante Borges e Nádia Maria Ribeiro Salomão "*O professor homem na educação infantil: o que pensam pais, mães e educadoras?*". Na pesquisa, as autoras buscaram analisar a concepção de pais, mães e educadoras de crianças de 24 e 36 meses de idade da cidade de João Pessoa-PB, sobre a presença do professor homem na educação infantil. Foram entrevistados 100 participantes: 40 pais, 40 mães e 20 educadoras. Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin.

Nos resultados encontrados pelas autoras, verificou-se que um total de 23% de todos os participantes não aceitaria que o homem desempenhasse as funções de cuidar/educar. O grupo que mais demonstrou resistência foi o das educadoras com 30%, sendo 25% deste total da rede privada de ensino. Esse número é aproximadamente 1/3 do total de educadoras entrevistadas. Logo em seguida veio o grupo de progenitores de meninas 27,5%. Esse padrão se mantém quando se soma às categorias "nem educar, nem cuidar" e "educar sim, cuidar não", pois entre as educadoras a soma dessas duas categorias representa 50% das respostas e entre os pais e mães de meninas representa 45%. As autoras sugerem que ao associarem o trabalho com crianças pequenas a uma responsabilidade da mulher, essas educadoras reproduzem uma visão patriarcal sobre o trabalho, e, ao mesmo tempo, tornam-se vítimas de uma estrutura social que, por vezes, desvaloriza o seu próprio trabalho em função desse mesmo entendimento. (VASCONCELOS et al, 2000, p. 492).

Os estudos analisados permitiram trazer elementos para refletir sobre o fato de que, embora historicamente a educação e cuidados na educação infantil tenham sido

tarefas delegadas às mulheres é um tema que precisa ser discutido de forma crítica na formação de professores(as). Para que haja um reconhecimento social e uma maior valorização do(a) profissional que atua nessa etapa da educação básica, é fundamental a desconstrução da essencialização, de que a mulher é a cuidadora natural da criança.

Fica evidente que o ato de cuidar/educar bebês e crianças bem pequenas não é uma especificidade tipicamente feminina, não existe justificativas biológicas que impeçam os homens de realizar atividades de cuidado, mas apenas um mito a desconstruir. Deve-se reforçar a ideia de que a única condição para ser um(a) profissional da educação infantil é possuir a formação necessária, sendo assim, o gênero do(a) profissional não pode ser um empecilho. Aceitar a ideia de aptidão, desvaloriza a profissão docente, pois subentende-se que não se necessita de formação e, assim, qualquer um que tenha aptidão pode desempenhar a função docente. Nesse sentido, torna-se urgente a promoção de debates sobre masculinidade e feminilidade, para a desconstrução de preconceitos e valorização docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar a participação dos homens na função de docente na educação infantil e a própria construção conceitual acerca da especificidade das funções da educação da pequena infância. Buscamos por meio da literatura nacional e internacional analisar quais os motivos que levam os homens a não quererem ingressar como docentes na educação infantil.

A discussão sobre homens na educação infantil nos remeteu ao debate sobre a construção histórica da educação infantil como um campo profissional historicamente feminino. Verificamos que a origem da docência na educação infantil como constituição feminina está ligada a compressão histórica que temos da criança, da infância e do papel da mulher na sociedade e, desta forma, compreendemos como se constituiu a feminilização da profissão docente, sua identidade e gênero.

Nesse sentido, as desigualdades de gênero surgiram com a criação das primeiras instituições de cuidado das crianças pequenas e permanecem até os dias atuais. Mesmo que a partir da Constituição Federal de 1988 se definiu pela primeira vez, no Brasil, a educação infantil como uma instituição de caráter educacional, garantindo o acesso de todas as crianças de zero a cinco anos, independentemente de sua condição social.

A literatura aponta que um possível motivo para as desigualdades de gênero na educação infantil, poderia ser a naturalização de algumas práticas no dia a dia com as crianças pequenas, em muitos casos, reafirmando a relação mulher, professora e mãe como algo determinado, pautado numa visão biológica e social. Muitas vezes essa relação determina a reprodução de práticas machistas. Importante dizer que considerando a natureza cultural das diferenças existentes entre homens e mulheres, a ideia de gênero contraria o conceito de sexo. Assim, sentir-se homem ou mulher depende de cada contexto sociocultural.

Constatou-se que a atuação predominante das mulheres na educação infantil e a baixa presença do sexo masculino nestes ambientes, estão atreladas ao entendimento social de que a docência na educação infantil se configura como uma profissão feminina e que há desconfiança por parte das próprias professoras de que os homens não são aptos para atuar na educação infantil.

Também se evidenciou, na análise dos quatro artigos, a existência de preconceitos por parte dos pais e das mães, da comunidade e das próprias

educadoras mulheres quanto a sexualidade desses homens e, no imaginário social, o profissional do sexo masculino muitas vezes é visto como um possível professor abusador. Outro motivo é a preocupação dos familiares, e dos próprios professores com a baixa remuneração e baixo status social.

Pudemos averiguar por meio da análise da literatura internacional, sul-americana e europeia, que a questão de gênero e a luta por uma educação não sexista, contra todas as formas de exclusão e desigualdades não é somente um problema que ocorre no Brasil. Diante dessa constatação, entendemos ser necessário um trabalho de desconstrução de diferenciações de gênero, bem como das profissões aliadas ao sexo biológico, uma vez que as crianças internalizam esses entendimentos, os absorvem desde pequenos e reproduzem como natural a divisão de papéis, evidenciando o preconceito em suas ações.

A pesquisa realizada permitiu trazer elementos para refletir sobre o fato de que embora historicamente a educação e cuidados na educação infantil tenham sido tarefas delegadas às mulheres, a presença de homens nessa etapa da educação pode colaborar para o desenvolvimento infantil, na medida que oportuniza às crianças internalizarem padrões menos rígidos de feminilidade e masculinidade e possam vir a perceber que não precisam apenas reproduzir modelos pré-determinados em função de seu sexo biológico (VASCONCELOS, 2020).

Entendemos que uma educação que preze pela garantia dos direitos humanos fundamentais precisa oferecer um ambiente educacional que respeite a diversidade e que seja livre de concepções que limitem a prática dos profissionais da primeira infância, na qual as relações de gênero possibilitem, com naturalidade, que o homem possa tornar-se professor de educação infantil.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Rosa; ROCHA, Eloisa Candal. Docência na EI: origens de uma constituição profissional feminina. **Zero-a-seis**, v. 20, n. 37, p. 95-111, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 07 mai.2022.

BRASIL. Lei, nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990^a.

_____. Lei n. 11.274, 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos Arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 fev. 2006. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=07/02/2006>. Acesso em: 11 jun. 2022.

CRUZ, Gislaine Azevedo; SARAT, Magda. História da infância no Brasil: contribuições do processo civilizador. **Educação e Fronteiras**, v. 5, n. 13, p. 19-33, 2015.

DE ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. Editora Unesp Fundação, 1998.

DE ALMEIDA TELES, Maria Amélia; SANTIAGO, Flávio; DE FARIA, Ana Lúcia Goulart. Por que a creche é uma luta das mulheres?

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: ArtMed, 2006, p. 15-41

DE VASCONCELOS, Dalila Castelliano; BORGES, Lucivanda Cavalcante; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro. O professor homem na Educação Infantil: o que pensam pais, mães e educadoras? **Zero-a-seis**, v. 22, n. 42, p. 480-506, 2020.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio... para onde vai. **Em aberto**, v. 18, n. 73, 2001.

FÁVARO, Jéssica Daniele; ROSSI, Célia Regina. “Vai ser um professor?!”: estranhamentos perante a figura do professor do sexo masculino na Educação Infantil. **Zero-a-seis**, v. 22, n. 42, p. 529-557, 2020.

GARCÍA, Joaquín Ramos; CARVALHO, Maria de Fátima Gomes; SILVA, Alexander Ruiz. Professores homens na Educação Inicial: um estudo de caso em uma instituição de EI colombiana. *Zero-a-seis*, v. 22, n. 42, p. 382-408, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Censo da educação básica: resumo técnico do censo da educação básica-2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/resumo-tecnico-do-censo-da-educacao-basica-2020>>. Acesso em: 10 mai.2022.

KUHLMANN JR., Moysés. *Infância e EI: uma abordagem histórica*. 4.ed. Porto Alegre: Mediação, 2007

KUHLMANN JR, Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998. **_. Histórias da educação infantil Brasileira. São Paulo: Autores Associados, 2000.**

LOURO, Guacira Lopes. "Nas redes do conceito de gênero". In: LOPES, M. J. D.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R, (orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996.

PEETERS, Jan. Profissionalidade e gênero: participação dos homens e pequena infância. **Zero-a-seis**, v. 22, n. 42, p. 322-340, 2020

PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. 7. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. **Cadernos de Pesquisa**, n. 51, p. 73-79, 1984.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007^a.